

# PERSPECTIVAS DAS ÁREAS RURAIS NA AMÉRICA LATINA: O PAPEL DA AGRICULTURA FAMILIAR NO SÉCULO XXI<sup>1</sup>

Vera Lúcia Salazar Pessoa<sup>2</sup>  
Paula Junqueira da Silva<sup>3</sup>  
Sidivan Ap. Rezende<sup>4</sup>

*“Se os camponeses continuam existindo nos dias de hoje, é provável que continuem a existir por muito tempo”.* (SHANIN, Teodor, 1980).

## INTRODUÇÃO

Nas três últimas décadas do século XX importantes transformações se manifestaram no espaço agrário brasileiro. Essas mudanças podem ser constatadas através da consolidação dos modelos de produção, implantados no país e que voltaram-se basicamente para a produção de matérias-primas em atendimento às exigências do mercado externo e também às agroindústrias.

A agricultura patronal<sup>1</sup> foi a mais beneficiada pelo processo de modernização da agricultura, enquanto que a agricultura familiar<sup>2</sup> continuou a sobreviver, como resposta a esse contraditório desenvolvimento desigual e combinado.

*Ao longo de sua história, como forma de subsistência, a agricultura familiar é uma das mais antigas atividades praticadas pelo homem. Mesmo tendo perdido importância para o desenvolvimento industrial e estar à margem da chamada agricultura moderna, a agricultura familiar sempre ocupou um lugar no contexto do desenvolvimento econômico dos países, por ser supridora de alimentos básicos para o mercado interno e fornecedora de mão-de-obra.*

No Brasil, a agricultura familiar, a partir dos anos 90, tem sido objeto de discussão entre os estudiosos da questão (agrônomos, economistas, geógrafos, sociólogos), devido a sua importância para o abastecimento alimentar e ao tratamento que tem recebido do Estado, em detrimento da agricultura patronal.

Nesse sentido, o objetivo do presente trabalho é mostrar a importância da agricultura familiar no contexto econômico e social dos países e suas estratégias de sobrevivência, com ênfase para o caso brasileiro.

## A Agricultura Familiar no Contexto Latino-Americano: breve histórico

Os colonizadores, ao chegarem à América, no final do século XV, encontraram uma civilização que vivia sob o “*comunismo primitivo, uma forma de produção baseada numa estrutura comunitária praticamente auto-suficiente*”. (OLIVEIRA, 1986:34). Os gêneros básicos, necessários à sobrevivência, eram fornecidos pela comunidade e, mesmo existindo uma divisão hierárquica entre os membros, as sociedades viviam, sob a sua lógica, em completa harmonia.

Entretanto, com a presença do colonizador, iniciou-se uma luta, sob a égide da doutrina católica, para submeter e subjugar os povos das Américas. Alicerçada na cultura cristã-ocidental, estabeleceu-se

*“a divisão da humanidade em atores sociais fiéis e infiéis, racionais e irracionais, civilizados e primitivos, cristãos e ateus/pagãos, instituindo-se, desse modo, uma desigualdade estrutural, cultural, socialmente construída e juridicamente referendada pelos prelados católicos da época. O encontro entre dois mundos e duas culturas é também a “institucionalização” da desigualdade cultural, social, política e econômica que, de um modo ou de outro, persiste até os dias atuais”.* (HIRANO, 1994:28-9).

Assim, com o desenvolvimento do capitalismo na Europa e com a colonização dessa parte do mundo, toda a estrutura foi submetida à economia colonial, portanto ao capital.

Essa economia colonial estruturou-se em dois pilares. De um lado, a articulação com as formas comunitárias, primitivas ou despóticas que foram submetidas ao comércio internacional. De outro, a

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no 8º Encontro de Geógrafos da América Latina – Santiago/Chile – 04 a 10 de março/2001.

<sup>2</sup> Professora do Programa de Mestrado em Geografia/UFU/Uberlândia (MG) Brasil/Bolsista CNPq.

<sup>3</sup> Mestranda do Programa de Mestrado em Geografia/UFU/Goiânia (GO) Brasil/Bolsista CAPES.

<sup>4</sup> Bolsista IC/CNPq/UFU/Uberlândia (MG) Brasil.

produção de produtos tropicais (açúcar, café), nas colônias, baseada no trabalho escravo, visando a exportação para a Europa que se encontrava em processo de industrialização (OLIVEIRA, 1986).

Com relação à colonização dos trópicos, essa adquiriu o caráter de uma grande empresa comercial para atender os interesses do comércio europeu (PRADO JÚNIOR, 1979). Nesse “modelo de colonização” insere-se o Brasil, cuja formação econômica e social foi fornecer açúcar, tabaco, num primeiro momento e, posteriormente, ouro, diamante, algodão e, em seguida o café para o comércio europeu. A mão-de-obra empregada para a realização dessas atividades foi, primeiramente, a indígena e posteriormente a escrava.

A economia colonial se desenvolvia de forma intensiva para atender aos interesses mercantis europeus. Entretanto, a questão da alimentação tornava-se necessária, principalmente nos centros urbanos que começavam a crescer. De forma incipiente, entre um lugar e outro, uma classe de pequenos produtores começava a emergir.

Assim, GUIMARÃES (1977), ao fazer uma análise do surgimento da pequena propriedade no Brasil, coloca que embora seja correto situar o seu aparecimento, como instituição consolidada, durante o primeiro quartel do século XIX, após a introdução de imigrantes europeus no sul do país, seria um erro grave deixar de levar em conta a etapa anterior de gestação da classe camponesa. Essa etapa corresponde a um longo processo de espoliação, cujas primeiras conseqüências, segundo o autor, foi a incorporação, aos engenhos de açúcar, de um grande número de trabalhadores livres, os agregados. Conclui GUIMARÃES (1977:150-51) que: “a pequena propriedade é um produto da luta de classes, travada sempre em desigualdade de condições entre os camponeses sem terra e a classe latifundiária”.

*Essa situação, típica de vários países da América Latina, persiste no país há mais de 500 anos e, a partir da década de 80, ganha força com o surgimento do Movimento dos Sem Terra (MST), através dos assentamentos rurais que representam hoje o mais novo tipo de unidade familiar de produção no campo brasileiro. Trata-se, portanto, de um resultado materializado pela retomada de coletivização da agricultura às custas de lutas e embates, ou seja, é o reflexo da situação de desigualdade imposta pela hegemonia do poder do capital, principalmente, nas últimas décadas do século XX.*

Assim, a pequena produção representa uma forma econômica destinada, ao mesmo tempo, a produzir alimentos e produzir força de trabalho (CASTRO et al., 1979). Esse tem sido o papel da agricultura familiar desde sua instituição quando o colonizador aqui se estabeleceu e iniciou o processo de expropriação das comunidades que viviam em território latino-americano.

### **As Transformações do Espaço Agrário e a “Sobrevivência” da Agricultura Familiar**

Do final do século XV ao século XX, são mais de 500 anos que os camponeses da América Latina, de modo geral, lutam para resistir contra a expropriação. No Brasil, esses cinco séculos de luta mostram o domínio do latifúndio na estrutura fundiária, o que vem acentuar a concentração de terras. Essas questões são um ponto de reflexão para compreender o comportamento da agricultura familiar no processo de modernização da agricultura, iniciada com a Revolução Verde, marco importante nas transformações do espaço agrário brasileiro.

A política de modernização, iniciada na década de 1950, tinha como meta principal a adoção de medidas que vinculassem, de forma cada vez mais estreita, o setor agrícola ao setor urbano-industrial, iniciando, assim, “o planejamento sistemático da economia através do Estado”. (GRAZIANO DA SILVA, 1999:87).

Entretanto, é a partir da década de 1970 que essas mudanças tornaram-se mais significativas, face à política de crédito rural, o principal instrumento, que viabilizou o processo de modernização da agricultura.

Essas transformações estavam em consonância com as mudanças ocorridas nos sistemas produtores agrícolas mundiais, no pós-guerra, quando “o mundo conviveu com um processo crescente de homogeneização desses sistemas, cuja matriz foi o modelo produtivo norte-americano, modelo este que assentou nos princípios da Revolução Verde”. (MATTEI, 1998:568).

Os países, ao adotarem o referido modelo, tinham como objetivo aumentar os ganhos de produtividade, através da incorporação de novos fatores de produção, como o uso de sementes melhoradas geneticamente, adubos químicos, defensivos e maquinário agrícola produzido pelo setor não agrícola.

Entretanto, ao analisar o padrão de crescimento agrícola adotado pelo Brasil, tendo como suporte o modelo da Revolução Verde, verifica-se que este não cumpriu seu papel conforme era previsto porque privilegiou a agricultura moderna e provocou graves conseqüências tanto de ordem social, quanto econômica.

*“A chamada ‘Revolução Verde’ privilegiou uma agricultura sem homens, a qual, ao ser praticada em um país que possui favorável relação homem-terra como o Brasil, provoca graves conseqüências tanto de ordem social quanto econômica. A ‘modernização conservadora’, ocorrida no país desde a década de 1960, deixou inalterada a estrutura agrária fortemente concentrada, tendo servido em muitos casos para concentrar ainda mais terras e renda nas mãos de poucos. Além disso, não incluiu a agricultura familiar como elemento central ou integrante das políticas públicas de crédito rural, assistência técnica e pesquisa”.* (LAGES, 1997:12-3).

Diante desse processo de desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo no campo, é importante considerar que a agricultura familiar sempre desempenhou um papel importante, na alimentação da população brasileira, tanto para o autoconsumo da grande massa de pequenos produtores, quanto pela produção de um excedente de alimentos básicos que passou a sustentar as crescentes massas urbanas (MARTINE, 1990).

A agricultura familiar vem se mantendo, porém em situação de pauperização e exploração em diversas regiões do país. As exigências para sua inserção no mercado globalizado são grandes, mas os recursos de capital a ela destinados têm sido bastante escassos. Esse descaso com relação à agricultura familiar pode ser constatado nas afirmações de ALMEYRA (1983) quando fez uma análise dos males da modernização na América Latina. O autor assim se manifestou:

*“Na América Latina (...) os camponeses sempre foram os últimos, os esquecidos. Entretanto, desde sempre, recai sobre eles o principal esforço em prol do desenvolvimento, pois a economia da maior dos países latino-americanos depende da exportação de produtos agrícolas e a produção de bens de consumo básicos – a cargo dos camponeses e inclusive a subsistência deles – permite manter o nível de vida das modernas e hipertrofiadas cidades do continente”.* (ALMEYRA, 1983:4).

Entretanto, as mudanças ocorridas nos paradigmas da economia, a partir da década de 90, a globalização dos mercados e a crescente exigência dos consumidores por melhor qualidade são alguns dos fatores que têm exigido uma maior valorização da agricultura familiar. Nesse sentido,

*“o peso da produção familiar na agricultura faz dela hoje um setor único no capitalismo contemporâneo: não há atividade econômica em que o trabalho e a gestão estruturam-se tão fortemente em torno de vínculos de parentesco e onde a participação de mão-de-obra não contratada seja tão importante”.* (ABRAMOVAY, 1992:209).

Atualmente, o papel da agricultura familiar é significativo e pode ser constatado nas afirmações de PINHEIRO (1999:329):

*“no início da década de 1990, se alguém dissesse que a agricultura familiar estaria no centro do debate sobre a agricultura brasileira seria chamado de otimista. Hoje ela ocupa espaços os mais variados, da mídia à agenda política nacional, e suas demandas são disputadas por diferentes entidades de representação”.*

Na esfera governamental, a agricultura familiar foi incluída como prioridade na segunda metade da década de 90, quando:

*“em agosto de 1995 foi lançado o PLANAF (Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) que era, a princípio, apenas uma linha de crédito para custeio. Seguindo reivindicações da CONTAG, esta linha de crédito culminou na criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF em 1996, com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda”. (SOUZA, 1992:12).*

O PRONAF teve como objetivo atender ao conjunto dos agricultores familiares, dando prioridade ao segmento em transição<sup>3</sup> e ao segmento dos agricultores periféricos<sup>4</sup>, desde que o recurso fundiário não representasse fator impeditivo ao desenvolvimento desse último grupo (SILVA, 2000). Essa “conquista”<sup>5</sup> para a agricultura familiar é parte das legítimas reivindicações dos trabalhadores rurais para melhorar suas condições de produzir. Assim, após várias décadas, a agricultura familiar, sempre relegada a segundo plano, passa a ter o lugar de destaque no contexto da agricultura brasileira.

Dessa forma, o que se pode observar é que desde a sua institucionalização como supridora de alimentos, conforme foi abordado na retrospectiva histórica, a agricultura familiar continua mantendo sua importância no cenário brasileiro. Ao analisar a participação da agricultura familiar no VBP (Valor Bruto da Produção) agropecuário, constata-se a seguinte realidade:

*“com apenas 30,5% da área e contando somente com 25% do financiamento total, os estabelecimentos familiares são responsáveis por 37,9% de toda a produção nacional (...) O percentual do VBP produzido pela agricultura familiar, quando consideradas algumas atividades, demonstra a sua importância em produtos destinados ao mercado interno e também entre os principais produtos que compõem a pauta de exportação agrícola brasileira”. (INCRA/FAO, 2000:31).*

Com relação ao VBP, por produtos, os agricultores familiares produzem:

*“24% do VBP total da pecuária de corte, 52% da pecuária de leite, 58% dos suínos e 40% das aves e ovos produzidos. Em relação a algumas culturas temporárias e permanentes, a agricultura familiar produz 33% do algodão, 31% do arroz, 72% da cebola, 67% do feijão, 97% do fumo, 84% da mandioca, 49% do milho, 32% da soja e 46% do trigo, 58% da banana, 27% da laranja e 47% da uva, 25% do café e 10% do VBP da cana-de-açúcar”. (INCRA/FAO, 2000:31-2).*

A agricultura familiar como fornecedora de mão-de-obra também tem seu papel importante. De acordo com os dados do Censo Agropecuário/1996, os estabelecimentos familiares são os que mais geram empregos na área rural. Para confirmar a absoluta superioridade da pequena unidade produtiva rural na ocupação de pessoal, o Censo Agropecuário/1996 registrou que, nos anos de 1995/96, os estabelecimentos menores de 10ha ocuparam 41% da mão-de-obra; os de 10ha a 100ha, 40%; os de 100ha a 1000ha, 15%; os acima de 1000ha, apenas 4% de mão-de-obra ocupada (TEIXEIRA, 1997).

A partir da análise dos dados, constata-se que os estabelecimentos rurais até 100ha foram responsáveis por 80% dos empregos no campo. Os dados refletem, portanto, o papel fundamental que a terra representa na economia brasileira, ou seja, de um lado a lógica ditada pela terra improdutiva nos grandes estabelecimentos; de outro, a lógica ditada pela terra produtiva nos pequenos estabelecimentos.

### **As Perspectivas da Agricultura Familiar**

O mundo (ou espaço rural) tanto dos países desenvolvidos, como em desenvolvimento vem passando por um processo de grandes transformações, considerando os avanços e retrocessos que a agricultura apresentou, sobretudo, nessas últimas três décadas.

A idéia de que o espaço rural é o *locus* exclusivo das atividades agrícolas, enquanto a indústria, o comércio e os serviços são atividades do espaço urbano, parece estar ultrapassada, principalmente se considerar as áreas mais desenvolvidas.

*“o espaço rural deixará de ter como função exclusiva a produção agrícola, passando a ser um espaço polissêmico em que coexistem atividades econômicas de natureza diversa como a própria agricultura, o comércio, o turismo rural, o ambientalismo, o lazer entre outros”. (SCHNEIDER, 1999:186).*

Essas transformações têm proporcionado uma discussão sobre o “novo mundo rural”<sup>6</sup> dos países tanto desenvolvidos, como em desenvolvimento e atinge, diretamente, os agricultores familiares. Nos primeiros, vem sendo desenvolvida a agricultura em tempo parcial (*part-time farming*) que combina atividades agrícolas e não agrícolas na ocupação de seus membros. Com relação aos países em desenvolvimento, essa realidade também começa a ser praticada entre os agricultores.

A agricultura em tempo parcial é o resultado de dois fenômenos. Um deles está associado à queda brusca dos rendimentos médios dos agricultores. O outro é decorrente da liberação da mão-de-obra agrícola ou de parte do tempo de ocupação do novo agricultor, devido às inovações tecnológicas cada vez mais eficientes na agricultura. Essa realidade é característica não só dos países em desenvolvimento, como também dos países desenvolvidos. (COUTO e COUTO FILHO, 1998). As colheitadeiras de café, cana-de-açúcar, algodão e várias outras que têm surgido para atender à mecanização das culturas são um exemplo dessas inovações.

Nesse contexto, a agricultura praticada em tempo parcial é uma alternativa de sobrevivência para o agricultor e, no caso brasileiro, vem se difundindo nas diversas regiões do país.

Além da prática da agricultura em tempo parcial, outras estratégias são apontadas para a sobrevivência dos agricultores familiares. Uma delas é o uso de tecnologias de baixo custo para produzir melhorias no sistema de produção. Outra estratégia é de caráter sócio-econômico e político, cuja característica é a forte presença de ações associativas ou comunitárias para reivindicar demandas e políticas de apoio à agricultura familiar.

Para reforçar essa idéia, BLUM (1999), ao mostrar os problemas enfrentados pelas propriedades familiares, coloca que um deles é a falta de associativismo. Assim,

*“para resolver os problemas técnicos e econômicos de falta de área para cultivo, de pouca agregação de valor nos produtos, comercialização ou escala de produção, crédito dificultado, deve-se fomentar o associativismo. Nesses casos o cooperativismo e os condomínios rurais são as melhores formas de associações a serem produzidas. Para as áreas culturais e sociais, como a educação, a saúde, o transporte, o lazer, a infra-estrutura e a defesa de categoria pode ser incentivada a formação de associações, conselhos comunitários e sindicatos. O associativismo é o calcanhar de Aquiles para que comunidades rurais se desenvolvam e se constitui em condição sine qua non para a sobrevivência da sociedade agrícola e também, da urbana”.* (BLUM, 1999:89-0).

A essas estratégias somam-se a valorização do conhecimento dos agricultores, a utilização de atividades de produção intensiva em trabalho como os produtos orgânicos e produtos com algum valor agregado.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do exposto, é possível afirmar que a agricultura familiar, a agricultura camponesa é base para o crescimento agrícola e é capaz de reduzir a pobreza. O associativismo e o cooperativismo apresentam-se como uma alternativa importante, dentre outras já discutidas, para se construir um futuro melhor para a agricultura familiar no país. A união dos pequenos é de fundamental importância para se conseguir os objetivos propostos.

No Brasil, de forma mais específica, para que essa agricultura possa desempenhar sua função de suprir o mercado de alimentos e absorver grande parcela de mão-de-obra, dois grandes desafios deverão ser vencidos: a viabilização da política agrária, através de recursos do PRONAF e a implementação, de fato, da reforma agrária, que já vem sendo feita através da luta do Movimento dos Sem Terra (MST).

Os assentamentos de reforma agrária estão se solidificando e construindo um modelo de agricultura familiar que terá grande representatividade econômica no espaço agrário brasileiro, demonstrando que este é o caminho para vencer a crise agrícola e agrária no país.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. As particularidades da agricultura no desenvolvimento econômico. In: \_\_\_\_\_. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: HUCITEC; Campinas: Ed. UNICAMP, 1992. p.209-47.
- ALENTEJANO, Paulo R. R. O lugar da agricultura familiar no cenário agrícola brasileiro dos anos 90. Cadernos de CEAS, Salvador, n.167, p.21-31, fev.1997.
- \_\_\_\_\_. Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira. In: TEDESCO, João Carlos (org.). Agricultura familiar: realidades e perspectivas. Passo Fundo: Editora da UPF, 1999. p.148-173.
- ALMEYRA, Guilherme. América Latina: os males da “modernização”. Trad. Eliane Zagury. O Correio da UNESCO, Rio de Janeiro, n.8, p.4-7, ago. 1983.
- ALTMANN, Rubens. A agricultura familiar no século XXI. In: \_\_\_\_\_. A agricultura familiar e os contratos: reflexões sobre os contratos de integração, a concentração da produção e a seleção de produtores. Florianópolis: s/ed., 1997. p.77-98.
- BLUM, Rubens. Agricultura familiar: estudo preliminar da definição, classificação e problemática. In: TEDESCO, João Carlos (org.). Agricultura familiar: realidades e perspectivas. Passo Fundo: Editora da UPF, 1999. p.57-103.
- BRESSAN, Matheus. Saídas para a pequena produção de leite no Brasil. <<http://www.cria.org.br/gip/gipaf/index>>
- CASTRO, Ana Célia et al. A questão da pequena produção. In: \_\_\_\_\_. Evolução recente e situação atual da agricultura brasileira. Brasília: BINAGRI, 1979. p.61-90.
- COUTO, Vítor de A. e COUTO, FILHO, Vítor de A. A urbanização do trabalho rural. In: AGUIAR, D. R. D. de e PINHO, J. B. (ed.). Agronegócio brasileiro: desafios e perspectivas. v.1. Brasília: SOBER, 1998. p.589-602.
- FAO/INCRA. Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a pequena produção familiar (versão preliminar – projeto UTF/BRA/03). Brasília: FAO/INCRA, agosto 1994.
- GRAZIANO DA SILVA, José. O novo rural brasileiro. Nova economia, Belo Horizonte, v.7, n.1, p.43-81, maio/1997.
- \_\_\_\_\_. Tecnologia e campesinato. In: \_\_\_\_\_. Tecnologia e agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999. p.137-174.
- GUIMARÃES, Alberto P. Formação da pequena propriedade: II. Da colonização ao minifúndio. In: \_\_\_\_\_. Quatro séculos de latifúndio. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p.121-156.
- HIRANO, Sedi. América Latina no novo contexto mundial. In: SCARLATO, Francisco C. et al. (org.). O novo mapa do mundo: globalização e espaço latino-americano. 2.ed. São Paulo: HUCITEC, 1994. p.28-44.
- INCRA/FAO. Novo retrato da agricultura familiar- O Brasil redescoberto. Brasília: INCRA/FAO, fev. 2000. 74p. (Relatório).
- LAGES, Vinícius N. Agricultura sustentável e emprego rural: a experiência das biovilas. Agricultura sustentável, Jaguariúna, n.1 e 2, p.11-12, jan./jun./jul./dez. 1997.
- MARTINE, George. Fases e faces da modernização agrícola brasileira. Planejamento e políticas públicas, Brasília, n.3, p.3-44, jun. 1990.
- MATTEI, Lauro. As ocupações não-agrícolas no meio rural catarinense na década de 90. In: AGUIAR, D. R. D. de e PINHO, Benedito (ed.). Agronegócio brasileiro: desafios e perspectivas. Brasília: SOBER, 1998. p.567-576.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. A agricultura sob o modo capitalista de produção. In: \_\_\_\_\_. Modo capitalista de produção e agricultura. São Paulo: Ática, 1986. p.28-58.
- PEQUENAS e médias propriedades empregam 80%. Correio, Uberlândia, 22 junho 1999, p.A-5.
- PINHEIRO, Diógenes. A agricultura familiar e suas organizações: o caso das associações de produtores. In: TEDESCO, João Carlos (org.). Agricultura familiar: realidade e perspectivas. Passo fundo: EDIUPF, 1999. p.329-355.
- PRADO JÚNIOR, Caio. Caráter inicial e geral da formação econômica brasileira. In: \_\_\_\_\_. História econômica do Brasil. 22 ed. São Paulo: Brasiliense, 1979. p.13-23.
- SCHNEIDER, SÉRGIO. Agricultura familiar e pluriatividade. In: \_\_\_\_\_. Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999. p.179-190.
- SCHNEIDER, S. e NAVARRO, Z. Agricultura e novas formas de ocupação no meio rural (um estudo sobre as tendências recentes). In: AGUIAR, D. R. D. de e PINHO, J. B. (ed.) Agronegócio brasileiro: desafios e perspectivas. Brasília: SOBER, 1998. p.617-633.
- SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. Estudos CEBRAP: trabalho e dominação. Trad. Cynthia A. Sardi e Wanda Caldeira Brant. São Paulo: CEBRAP; Petrópolis: Vozes, 1980. p.43-80.
- SILVA, Enid R. A. da. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF: uma avaliação das ações realizadas no período 1995/1998. Disponível em <<http://www.cria.org.br/gip/gipaf/itens/publ/artigos>>. Acesso em 20 maio 2000.
- SIQUEIRA, Deis E. A participação da pequena produção na agropecuária brasileira: a discussão inacabada. In: PORTO, Maria Stela G. (org.). Politizando a tecnologia no campo brasileiro:

dimensões e olhares. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997. p.41-55.

SOUZA, Murilo M. O. de programas de crédito rural orientados e o desenvolvimento da agricultura familiar no meio rural do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, Curso de Medicina Veterinária, 1999. (Monografia, Graduação).

TEIXEIRA, Gerson. Concentração da terra aumenta. Jornal dos trabalhadores rurais sem terra, São Paulo, n.190, p.14, jun. 1999.

#### **NOTAS**

- 1 e 2 – Os termos agricultura patronal e familiar estão sendo utilizados com base no conceito proposto pela FAO/INCRA (1994).
- 3 e 4 – Os termos: segmento em transição e segmento dos agricultores periféricos foram propostos pela FAO/INCRA (1994) para classificar a agricultura familiar em três modalidades: a) agricultura familiar consolidada; b) agricultura familiar de transição e c) agricultura familiar periférica.
- 5 – O PRONAF foi criado para atender à demanda nacional da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura).
- 6 – Maiores discussões sobre o “novo mundo rural”, agricultura em tempo parcial (*part-time farming*) e pluriatividade ver: GRAZIANO DA SILVA, (1997; 1999); ALENTEJANO (1999) e SCHNEIDER (1999).